



Carlos Roberto
Jamil Cury e
Elizabeth Moreira
Gomes

Um sistema escolar republicano em Minas Gerais

Análise de amostra retirada de um conjunto de provas aplicadas entre 1888 e 1908 nas Escolas Normais de Minas Gerais, constantes do Arquivo Público Mineiro, revela tanto o ideário da elite republicana quanto a intenção de universalizá-lo por meio dos educadores formados nesses estabelecimentos.



> Uma breve introdução

Este artigo ocupa-se de um período histórico a que denominaremos “republicano”, considerando que os documentos pesquisados referem-se ao período de 1888 a 1908. São documentos referentes às Escolas Normais das cidades de: Campanha, Diamantina, Juiz de Fora, Montes Claros, Ouro Preto e Uberaba, em Minas Gerais. Inicialmente, tais registros ainda não se encontravam organizados/catalogados de acordo com as regras do Arquivo Público Mineiro (APM). Esse fato permitiu maior flexibilidade de consulta ao material e maior liberdade de olhares. Porém, a citação ao material teve de ser feita pelo lugar de origem, e não por uma categorização técnica, interna ao APM.

É importante ressaltar que, do conjunto de documentos disponíveis, foram selecionados 200, categorizados de acordo com os objetivos deste trabalho. Conquanto abrangendo diferentes regiões de Minas, os documentos apresentam muitas semelhanças entre si, deixando entrever algumas estratégias de que a Província (depois Estado) vai lançar mão para instituir o que denominamos de “currículo mínimo” para os cursos de formação de professores.

Toma-se currículo como um conjunto de conhecimentos, valores, atitudes, ações, saberes, desenvolvido na e pela escola, referendado pelos vários grupos sociais nos diferentes tempos e espaços, bem como as tentativas de controle que advêm de movimento tão complexo construído e constituído no interior das escolas, mas com intensa interface com a sociedade e o Estado. Esse conjunto curricular expressa o que se considera, então, a partir do aparato estatal, legítimo para ser aprendido/transmitido.

Cumprir retomar um pouco o contexto da época, a fim de buscar entender como eram formados os normalistas que colocariam em “ação” o currículo estabelecido para

as Escolas Normais. A escrita destas páginas orienta-se, inicialmente, por questões como: quem eram os formadores dos normalistas, onde eles se formavam e quem lhes “autorizava” os discursos que deveriam pronunciar em nome da República que buscava se consolidar?

Ao mesmo tempo, buscou-se entender as estratégias de formação, a partir do estabelecimento de um currículo posto em ação. Elas podem ser elucidadas tomando-se o conjunto, agora, de 120 provas analisadas. Aqui serão apresentadas somente algumas provas representativas cujo conjunto, futuramente, poderá consistir em um banco de dados. Junto a isto, foram feitas incursões analíticas em atas, pareceres, cópias dos pontos a serem estudados (ementário) de algumas cadeiras do curso.

A formação dos formadores

No período compreendido entre o final do século XIX e o início do XX, o Brasil vive a implementação da República, que traz consigo um discurso de garantia de uma educação pública, gratuita, acessível a todos. Embora com visões extremamente diferenciadas, os brasileiros que ocupavam cargos políticos acabam por apresentar convergência em relação a um ponto: a educação era essencial para solidificar a nação e torná-la mais “civilizada”. Nesse sentido, ouviam-se, em todos os espaços políticos, discursos em prol de uma educação que pudesse alcançar as diferentes classes ou grupos sociais.¹

Para dar conta desse objetivo, cumpre determinar que as Escolas Normais preparem os formadores de crianças e jovens, futuros “cidadãos republicanos”. Inicia-se um movimento de profissionalização do magistério, com a Constituição do Estado de 1891 instituindo legalmente a necessidade de formação profissional para o exercício do magistério: “Art. 117- A lei de organização de Instrução Pública estabelecerá:

[...] preferência dos diplomados pelas escolas normais para a investidura no magistério; [...]”.²

Desse modo, a legislação dispõe que o antigo mestre-escola seja substituído pelo normalista, que deverá colocar em prática os ensinamentos adquiridos nas Escolas Normais. Mas a quem caberia a função de formar esses formadores? Quem eram os atores que atuavam como formadores dos normalistas?

A Assembleia Mineira de então era constituída por médicos, advogados que haviam estudado na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, e na Faculdade Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro, além de homens formados pela Escola de Minas e Escola de Farmácia de Ouro Preto, ou pelo Colégio Caraça, entre outras instituições.³ Esses centros formadores responsabilizaram-se também pela formação cívica e moral de jovens que para lá se dirigiam, os quais, cedo ou tarde, se engajariam em atividades políticas.

Destaque-se a influência exercida pelo Partido Republicano (PR), o qual se constituía como um movimento de oposição à monarquia. O PR passa a representar o “novo”, o “progresso”, e, com esse ideário, acaba por cooptar os mais jovens em processo de formação. De volta às origens, esses jovens atuavam como portadores das ideias programáticas do partido da renovação. A fim de expandir as atividades políticas, o PR estimulava seus membros a exercerem não apenas cargos políticos, mas também a ampliar o leque de suas atividades sociais a fim de difundir os ideais republicanos. Entre essas outras atividades encontravam-se, com mais frequência, as de jornalista e de professor.

Assim, pode-se constatar que, no período da segunda legislatura republicana em Minas Gerais (1892/1898), havia na Assembleia Legislativa uma predominância de advogados sobre médicos e demais profissões. E que, entre os primeiros, a maioria integrava o professorado mineiro, segundo os estudos de Borges.⁴

Do que foi dito acima, pode-se inferir que a formação dos profissionais que viriam a atuar na área educacional em Minas Gerais se encontrava fortemente vinculada a eixos formadores comprometidos com a ilustração, com o cientificismo, com a racionalidade e com o republicanismo. Eram esses bacharéis e médicos que, por sua vez, se tornavam também formadores de futuros docentes.

Tal fato acaba por contribuir para estreitar relações entre educação e República, já que deputados, bacharéis e professores eram, muitas vezes, as mesmas pessoas. Com os discursos que se pronunciavam na Assembleia, buscava-se estabelecer relações entre educação e o “novo cidadão”. Pressupõe-se que a educação implementada por esse grupo social no interior das Escolas Normais se encaminhava nessa linha. Acreditava-se que a educação seria a chave para o progresso e a ordem que a República pretendia instaurar, possibilitando o rompimento com a monarquia, sinônimo de atraso.

Mas em que constituía o cotidiano das Escolas Normais? O que seus professores ensinavam? Que conteúdos, conhecimentos, crenças e atitudes comporiam o currículo dos normalistas? De que forma pensaram os formadores de formadores o currículo dessas escolas? Ressalte-se que, acreditava-se, seriam os normalistas os responsáveis por colocar em prática um projeto educacional que garantiria a governabilidade, civilidade e modernidade tão sonhadas pela República.

Estratégias de criação de um sistema escolar

Se a República buscava garantir maior acesso aos processos educacionais, tentava também, paralelamente, efetivar formas de controle sobre o

que seria ensinado, por meio de alguns mecanismos que efetivassem práticas desejáveis segundo critérios republicanos. Uma delas será, por exemplo, a valorização mais ou menos explícita de determinados conteúdos, que comporão as avaliações dos alunos. Existem, no conjunto de documentos localizados no acervo do APM, coincidências significativas em relação aos conteúdos das avaliações, ainda que os testes fossem procedentes de cidades diferentes.

Passa-se a seguir à análise da documentação localizada no APM, que considera apenas as provas da cadeira de Pedagogia. Do conjunto de documentos, que chega perto de 800 unidades – entre provas, atas, pareceres, pontos, entre outros –, foram retirados 200, dos quais somente as provas perfazem um total de 120, organizadas em oito categorias.

Quadro indicando as dimensões mais importantes das medidas de bancas e mesas

BRITOLAS	Comprimento da mesa	Altura da mesa	Comprimento da cadeira	Altura da cadeira	Comprimento da bancada	Altura da bancada	Comprimento da cadeira	Altura da cadeira	Comprimento da bancada	Altura da bancada
Grandes	1,44	0,95	0,46	0,54	0,54	0,52	0,48	0,40	0,60	0,55
Médias	1,24	0,88	0,40	0,50	0,50	0,48	0,40	0,35	0,50	0,45
Pequenas	1,05	0,80	0,35	0,45	0,45	0,43	0,35	0,30	0,45	0,40
Menores	0,85	0,75	0,30	0,40	0,40	0,38	0,30	0,25	0,40	0,35

Quadro de medidas de carteiras escolares para a Escola Normal de Ouro Preto, 1893. Arquivo Público Mineiro, Fundo Secretaria do Interior (SI), subserie 4.2, cx. 01, pc. 08.

Avaliações de Pedagogia

Categoria 1 – O método

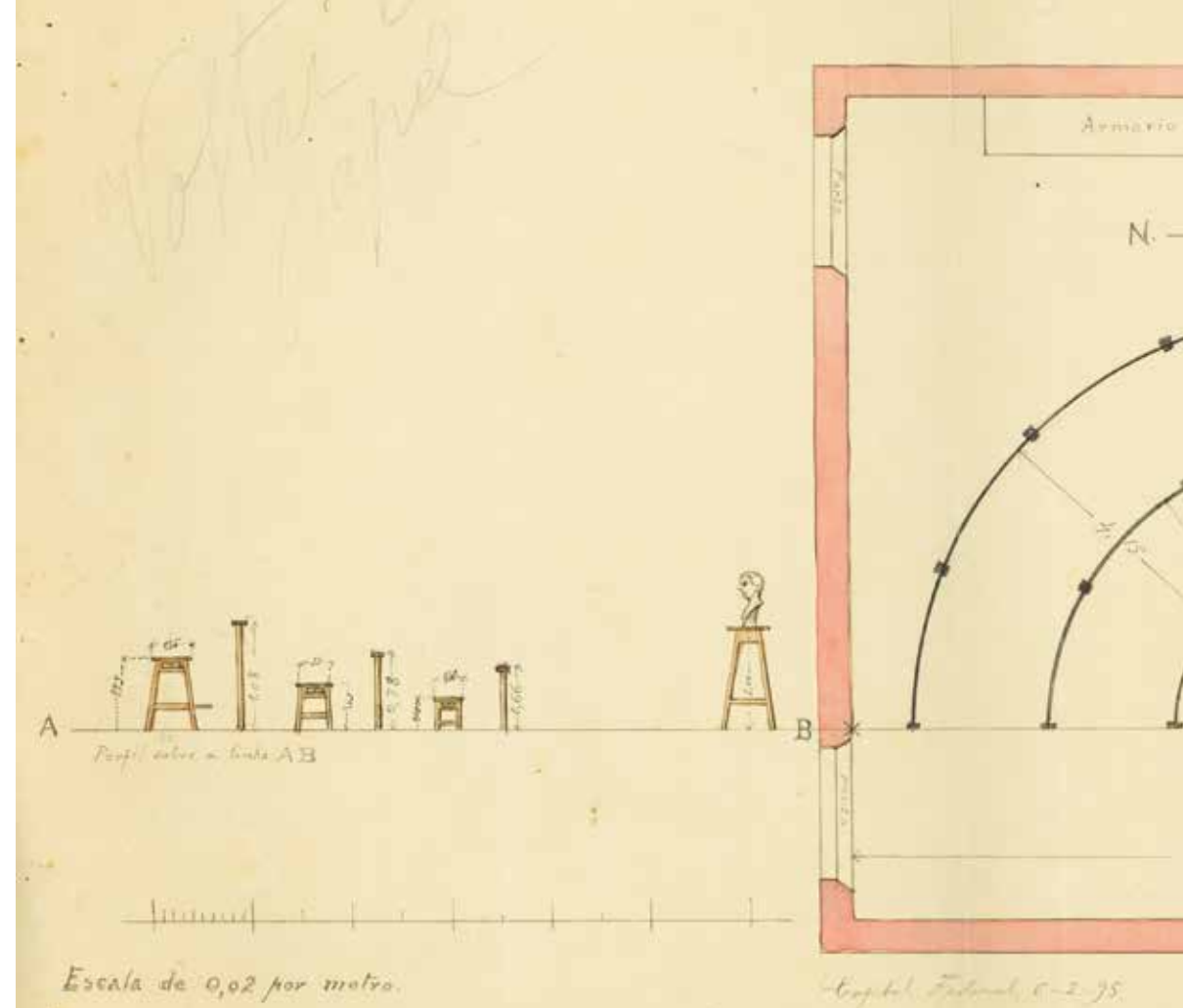
Essa categoria, composta por 36 provas que tratam do “Método em geral”, discute o que é método e sua importância, como nos mostra a ementa (sumário) abaixo:

Sumario – I. Methodo considerado sob o ponto de vista de aquisição de conhecimentos: inductivo e deductivo. II. Methodo como meio de transmissão de conhecimentos: formas de ensino. III. Processos de ensino. IV. Modo de ensino.⁵

Preserva-se uma gradação para o ensino – do mais amplo para o menos amplo –, talvez a mesma que se queria ver adotada futuramente pelo normalista em sua sala de aula. Além disso, o método didatiza o ensino, dotando o professor de conhecimentos que lhes são próprios, justificando a necessidade de existência de espaços formadores especialmente para esse fim. Justifica-se a existência das Escolas Normais, distinguindo-se normalistas e professores leigos, tal como disposto na Constituição.

O “saber-fazer” do professor deve se apresentar como uma construção metodológica que precisa ser aprendida. Observe-se: “O professor quando transmite conhecimentos aos seus alumnos alem do methodo usa também das formas. As formas dividem-se em expositiva, interrogativa e mixta”.⁶

Ao tratar do método, o normalista hierarquiza formas de “transmissão” de conhecimentos, deixando implícita a noção de formação da infância, que deve ser vista como um tempo diferenciado, requerendo cuidados especiais, ao mesmo tempo que exige recursos didáticos específicos. Assim, o normalista vai se apossando de um discurso que é pautado pelos critérios metodológicos que fundamentarão a sua prática, tornando o ser professor



Projeto de sala de aula para disciplina de Desenho de Escola Normal, 1895. Arquivo Público Mineiro, Fundo Secretaria do Interior (SI), subserie 4.2, cx. 73, pc. 08.

não mais uma intuição, um saber fazer a partir das práticas, mas uma profissão pautada em teorias.

A condição fundamental para que o ensino seja proveitoso aos meninos, é que elle seja simples e elementar. A primeira dessas formas é mais relativa a forma; a segunda ao fundo. O ensino elementar limita-se as verdades essenciais, necessárias para se comprehender bem o que se lhe deve seguir, e intelligiveis para os alumnos.⁷

Elle repelle o que é puramente especulativo, inútil ao fim que se propõe ou inacessível a intelligencia

dos meninos, attendendo ao que são nessa época as suas faculdades e os seus conhecimentos.⁸

A infância passa a requerer o entendimento de suas capacidades intellectuais, e o professor deve discernir o que e quando ensinar, e qual(is) a(s) forma(s) mais adequada(s) para ensinar.

Finalmente, vale observar que existe uma unidade nos currículos das Escolas Normais mineiras. Embora as provas apresentem escritas diferentes, garantindo a autoria dos alunos, os pontos sorteados guardam semelhanças, não se distinguindo (caso se retire o nome da Escola Normal) seu lugar de origem.



Prova de Desenho do aluno Joaquim Silveira, Escola Normal de Montes Claros, 1901. Arquivo Público Mineiro, Fundo Secretaria do Interior (SI), subsérie 4.2, cx. 60, pc. 05.

Embora existam diferenças nas formas de transposição didática, percebe-se que a República inicia tentativas de criação de um sistema escolar, reforçando a necessidade de “unificação” dos discursos a serem produzidos. O Estado passa a ser o determinante da educação que se queria instaurar no país. Interessava-lhe a construção de “outra” nação e ele opta pela escola como uma das instituições que o ajudará nessa tarefa. A formação garante a unicidade e representa os ideais republicanos calcados em aspectos morais, científicos, metodológicos e cívicos. Ao normalista caberia, pois, a condução das crianças para outra sociedade, consolidando a divisa positivista “ordem e progresso”, tão cara a homens e mulheres da República.

A Pedagogia será, no interior do curso de magistério, o elemento articulador entre as várias disciplinas, constituindo-se como cadeira responsável pelo ensino que criaria esse profissional. Essa cadeira dará sustentação teórica e ideológica para a formação do profissional do magistério. A cadeira de Pedagogia apresentava outros aspectos para a formação do normalista, entre tais destaquem-se as concepções de Pedagogia.

Categoria 2 – Concepções de Pedagogia

Os textos das provas se encaminham em defesa da Pedagogia como uma ciência que dará suporte ao exercício do magistério, discutindo concepções

e importância de tal ciência para a formação de professores. Nesse conjunto, os discursos produzidos pelos alunos orientam-se no sentido de que a Pedagogia é uma necessidade teórica de um professor responsável e comprometido com o exercício do magistério. Vejamos um trecho de prova de Alice Brandão Dayrell,⁹ nossa futura Helena Morley:

O educador a quem faltasse noções claras desta ciência viveria as segas versáteis a cada passo forçado a corrigir seus atos o que evidentemente haveria de redundar em prejuízo dos alunos confiados a sua direção.¹⁰

As avaliações explicitam a necessidade de fundamentação teórica para o professor, uma vez que esse deve se munir de conhecimentos a fim de exercer bem a sua profissão, tendo nessa ciência a sustentação para suas ações futuras, que serão planejadas: “A educação é uma obra racional e deve ser portanto planejada, do contrário seus esforços falham e não obtém nunca um todo harmonico”.¹¹

Finalmente, o exemplo abaixo que se apresenta na forma de questionário. Destaquem-se as questões apresentadas:

1. Que importância tem a educação relativamente ao progresso da humanidade?
2. Desconhecendo em absoluto as leis que devem dirigir o educador e presidir as manifestações das faculdades do educando, é possível educar conscientemente e com segurança?
3. Que deve conhecer o educador para conseguir o perfeito desenvolvimento de seu educando?
4. Que deve constituir o seu primeiro estudo?
5. Podemos asseverar que sem o estudo da Pedagogia é muito difícil, senão quase impossível educar?
6. O bom senso, o talento não suprem no educador a falta de conhecimentos da Pedagogia?



Corpo docente da Escola Normal de Uberaba, MG, 1889. Fotografia de J. Severino Soares. Arquivo Público Mineiro, Fundo Municípios Mineiros – MM - 302.

Esse questionário evidencia a forma de condução da cadeira Pedagogia, destacando sua importância e demonstrando, assim, a construção de um novo discurso, no qual o magistério é apresentado como profissão que requer uma organização metodológica pautada em princípios pedagógicos bem delimitados. A pergunta número um apresenta uma clara relação com o discurso positivista, em que a educação é vista como sinônimo de progresso, de ordem, de disciplina, de formação de cidadãos, voltados para a construção de uma outra pátria, enfim.



Prova de Desenho da aluna Etelvina Cabral, Escola Normal de Diamantina, 1898-1899. Arquivo Público Mineiro, Fundo Secretaria do Interior (SI), subsérie 4.2, cx. 38, pc. 02.

Categoria 3 – Uma cadeira para questões sociais e legais

Passemos agora à análise do terceiro conjunto de provas, o grupo 3,¹² que ocorre no interior da cadeira Pedagogia.

O Grupo 3 (G3) é constituído de um total de 13 provas baseadas em diferentes temáticas. Em uma perspectiva mais contemporânea, talvez esse conjunto de provas se separasse em duas disciplinas: Sociologia e Legislação. A fim de dimensionar a amplitude de temas contidos no interior da disciplina, enumeram-se os títulos/sumários contidos nas provas do G3:

- Tendências Domésticas;
- Regimen Eleitoral; garantia de direito do voto;
- Liberdade na educação;
- Distribuição das Riquezas;
- Juízo;
- O trabalho [...];
- Da família, do casamento e dos deveres dos cônjuges entre si;
- Inclinações sociais;
- Sociabilidade do Homem;
- Objeto da Moral. Consciência moral. Discernimento instrutivo do bem e do mal. Educação da consciência;
- Instinto de imitação. Regra geral da educação moral. Educação moral e instrução moral. A índole da criança. Corretivos. Educação religiosa idem cívica.
- Liberdade e responsabilidade, deveres ou obrigação, direito e dever.

Nessas provas, o amor à pátria, família e escola é apresentado como regra condicionante da sociedade que se queria formar. Explicitam-se as linhas ideológicas de construção da República. A valorização/fortalecimento das instituições sociais e de seu papel na construção da sociedade evidenciam-se nos textos produzidos, deixando entrever as concepções de cidadania, de família, de pátria, etc. Evidenciam-se os desejos de mudanças da sociedade, institui-se a categoria infância, que será transmutada em alunado, e se estabelece, a partir daí, a necessidade de educar esse corpo infantil.

Categoria 4 – Outros corpos, outros espaços escolares

As provas desse grupo – um total de 20 – encontram-se subdivididas em três subgrupos: 1 – a educação dos sentidos (quatro provas); 2 – o espaço escolar e seu mobiliário (dez); e 3 – a ginástica, a educação física, a

disciplina e as necessidades de asseio e higiene do corpo (seis).

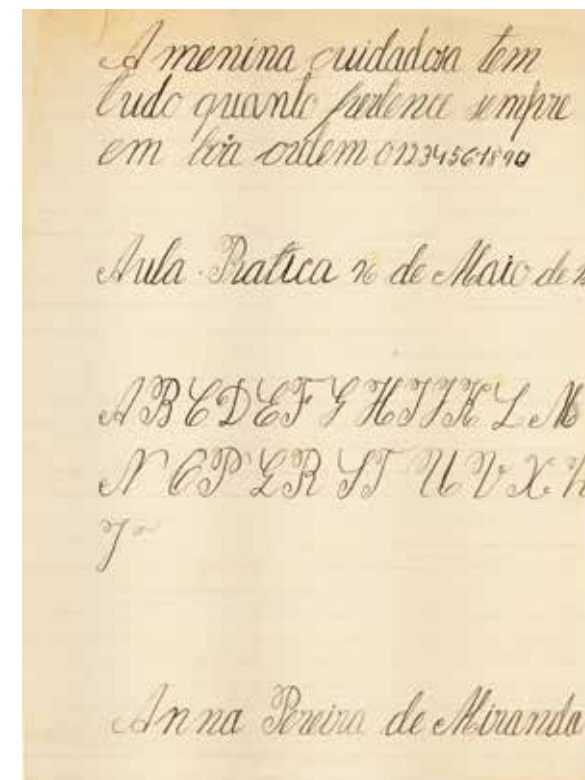
A República trazia em seu bojo a tentativa de inauguração de um outro tempo, explicitando o desejo de renovação de estruturas “arcaicas”, uma vez que o passado era considerado “uma roupa velha que não nos servia mais”.

Na complexidade reinante nos períodos imediatamente anterior e posterior à implantação da República, ocorrerá a criação dos grupos escolares. Esses estabelecimentos materializam o desenvolvimento de novos processos educacionais, a emergência de novos profissionais, mas também o surgimento de um novo tipo de aluno. Ora, se tudo se constituía ou se queria constituir como “novo”, os corpos constitutivos desses públicos também deveriam passar por um processo de escolarização.¹³

Existe uma opção sustentada teoricamente, não apenas do ponto de vista educacional, mas também pela medicina da época, acerca da necessidade de reeducação dos corpos da infância, que tem nas políticas sanitaristas sua sustentação científica. A medicina do final do século XIX e início do século XX vê nos corpos livres uma contradição em relação à cientificidade que se queria estabelecer impositivamente.

No âmbito da escola, propagam-se formas ideais de postura: assentar, pegar o “lápis”, bem como critérios de iluminação, ventilação, escolha de lugares para a construção dos prédios escolares – sua posição, sua vizinhança etc. –, ao mesmo tempo que se dispunha a educar o corpo que ocupará o espaço do grupo escolar.

A escola idealizada pelo pensamento republicano traz consigo proposições de mudanças nas formas de pensar, nas formas de se comportar, nas formas



Exercício de aula prática de Caligrafia da aluna Ana Pereira de Miranda, Escola Normal de São João del-Rei, 1899. Arquivo Público Mineiro, Fundo Secretaria do Interior (SI), subsérie 4.2, cx. 21, pc. 02.

de os sujeitos se constituírem como cidadãos e como pessoas, alterando hábitos, mudando costumes. Os corpos das crianças precisam ser educados, para que vivenciem o novo processo de escolarização.

“A Educação dos sentidos”: essa subcategoria repete minimamente o cabeçalho contido nas provas desse grupo. Nelas estão implícitas as ideias do método das “Lições de Coisas”, em que a observação e exploração dos sentidos são fundamentais para a aprendizagem. Nas avaliações existem citações clássicas que comprovam tal afirmativa: *Nihil est in intellectu quod prius non fuerit in sensibus*; “Nada está no pensamento que não tenha estado antes nos sentidos”.¹⁴



Prova de Desenho do aluno Carlos Versiani dos Anjos, Escola Normal de Montes Claros, *circa* 1904. Arquivo Público Mineiro, Fundo Secretária do Interior (SI), subsérie 4.2, cx. 61, pc. 36.

Na verdade, observa-se no conjunto de documentos a “valorização dos sentidos”, uma vez que podem propiciar a aprendizagem e caberá ao professor o ensinamento das formas de seu uso (abuso).

Abuso da observação por meio dos sentidos. Incontestável é, como sabemos, a *necessidade da educação dos órgãos dos sentidos*, pois é por meio deles que percebemos ou apreciamos as diversas qualidades ou propriedades dos corpos que nos cercão. [...] os nossos sentidos servem de meio intermediário entre o mundo exterior e o mundo interior, isto é, entre a matéria e a alma. *A criança precisa de ter os sentidos educados até um certo limite*; mas, sei eles são educados para vêr muito ou ouvir muito, isto faria a educação d’aquelles órgãos se converter num vicio.¹⁵

A aluna explicita, no fragmento, a necessidade de educação dos órgãos do sentido, chegando a afirmar a necessidade de seu controle por meio do processo educacional, “chegando até certo limite”. O que se aprende, como se aprende e até que ponto se aprende

e/ou se ensina deve ser controlado e mensurado pela escola, na figura do professor, que deve estar atento aos limites da criança, bem como aos limites de suas próprias ações.

Em algumas das provas analisadas, há a proposição de exercícios que visam ao desenvolvimento dos órgãos dos sentidos.

Vista – A vista é muito importante, é considerada por alguns pedagogos o principal sentido. Há diversos exercícios para a educação da vista; os principais são: fazer passar a criança por um aposento, onde haja diversos objectos, mande-se depois a criança descrever tudo que alli viu; faça-se a criança passar por um museu, demorando um minuto mais ou menos, mande-se depois que ella diga os objectos que viu, dando-lhes os respectivos nomes.¹⁶

Como se vê, a escola prepara os seus alunos pensando em “minúcias” cuja finalidade precípua é a educação dos corpos, não se lhe escapando nenhum “detalhe”. Assim como os sentidos deveriam ser educados, treinados, também o ambiente deveria se constituir como um espaço que contribuísse para a efetivação de tal propósito educacional. É o que se verá a seguir.

O local da escola – ambiente escolar

Nesse conjunto de nove provas encontram-se descritos idealmente os ambientes escolares e seu mobiliário. De acordo com a concepção de ensino que examinamos, os espaços escolares deveriam obedecer à lógica e ao rigor científicos, constituindo-se em ambientes arejados e bem localizados. Deveriam se separar da rua, primeiro para garantir uma seleção daqueles que poderiam neles adentrar; segundo para garantir a higiene e o “prazer” daqueles que estavam em seu interior.

O aspecto da escola deve ser simples e elegante, porque do contrario as crianças não se animarão a entrar nella. As crianças devem ir para a escola atrahidas e não arrastadas. Na porta da escola deve haver um dístico que lembre às crianças a importância do lugar.¹⁷

Há ainda, em outras avaliações, a defesa da presença de jardins, de espaços amplos, ventilados, com janelas que possibilitem a entrada de luz e ar, etc. Quanto ao mobiliário, esse deve acompanhar a mesma lógica do prédio: sobriedade e elegância de modo a assegurar a ordem, constituindo-se como um facilitador dos trabalhos do professor.

Finalmente, o ambiente deve ser cuidado, já que é um modelo para as crianças, que deverão em seus corpos, imitar a elegância, a sobriedade e a limpeza presentes nos espaços escolares. As políticas higienistas falam pela voz do professor.

Os corpos dos alunos e seu processo de educação

As provas que compõem esse grupo somam um total de seis. Elas versam sobre a higiene corporal, fiscalizada pelo professor, aí incluídos o “asseio” e a sobriedade no vestir. De acordo com os novos preceitos pedagógicos, os cidadãos em formação deveriam construir outros hábitos, tais como: saber observar, caminhar, cuidar-se, limpar-se e se vestir. Tais hábitos, à época, representavam formas de distinção em relação a outros grupos sociais.

Se os espaços são arejados, se deve existir água em abundância, se mesas, cadeiras e bancadas devem ser limpas e preservadas, tal preservação deve servir de exemplo também para as famílias, que, junto com os filhos, aprenderão a manter posturas caras à República.



Prova de Desenho de Maria Josephina [Vieira], Escola Normal de Diamantina, 1902. Arquivo Público Mineiro, Fundo Secretária do Interior (SI), subsérie 4.2, cx. 42, pc. 08.

A analogia está colocada: a Monarquia representava o velho, o sujo, o amontoado, o não planejado, relacionando-se à doença. A República representa o novo, o limpo o elegante e o agradável, a saúde.

Tal oposição vinha ainda enfatizada pelas aulas de Ginástica como disciplina ofertada aos alunos. Esses deveriam ser e ter um corpo saudável a fim de aprender mais e melhor. Várias são as paráfrases do ditado “mente sã em corpo são”. A prática de exercícios físicos destinados a manter o corpo saudável ganha destaque, além disso, garantem a disciplina e ajudam a fortalecer os músculos do futuro trabalhador/soldado que servirá ao patrão ou à pátria.

[...] a educação phisica deve comprehender: 1º a gynnastica natural, isto é os movimentos e os jogos; 2º a gynnastica regular, 3º o ensino e a prattica da hygiene e da medicina usual. Uma boa educação phisica fortifica o corpo cura mesmo algumas enfermidades.¹⁸

Ou ainda:

Ella [a educação física] previne, por assim dizer, as moléstias contribuindo para o bom funcionamento dos órgãos; dá ao trabalho (trabalhador) instrumentos exelentes para o exercício da sua profissão.

Acredita-se que, se cada elemento funcionar bem, todo o corpo também o fará. Esquecem-se as improvisações, as discrepâncias sociais e as diversidades existentes. A escola republicana há de cumprir o seu intento: produzir, em uníssonos, uma voz que será ouvida por toda a sociedade como um som harmonioso. Embora as diferenças estejam estabelecidas e reafirmadas, não deverão ser notadas, mesmo que para isso se continue a perpetuar o processo de exclusão da maioria da população. Mais que ensinar, a escola busca alcançar uma mudança cultural, sem transformação da estrutura social.

Categoria 5 – Provas de desenho

Essa categoria apresenta uma organização especial. Em todo o conjunto de provas que integram a amostra escolhida localizamos apenas uma prova teórica de Metodologia ou Ensino de Desenho. As demais são provas “práticas” de Desenho.

Essa cadeira orienta-se numa perspectiva diferente de ensino e aprendizagem. Por um lado, observa-se a “feminilização” do magistério, quando estabelece uma relação com a disciplina Trabalhos de Agulha, também constante no currículo do futuro professor, frequentada apenas por mulheres normalistas.¹⁹ Por outro, pode ser vista como uma área de “elitização” dos conhecimentos do normalista.

Um professor deve ser um profissional com formação ampla o suficiente para entender minimamente sobre artes, ter capacidade de se expressar a partir do uso de diferentes linguagens, identificando-se como um sujeito cuja formação intelectual guarda refinamento. Vejamos: “O desenho é a arte de representar ou (*sic*) linhas as formas ou figuras dos objetos que vemos, dos que temos uma lembrança ou dos que são creados pela nossa imaginação”.²⁰

O trecho transcrito apresenta-nos concepções sobre a cadeira Desenho, deixando entrever uma concepção de arte como imitação (mimese), ou o desenho como possibilidade artística de criação. Continua o aluno normalista:

É necessário e indispensável a todas as artes pelo luxo que se junta à decoração a utilidade e em todas as profissões em que se fabricam instrumentos para os artefactos. Tanto o desenho quanto o trabalho manual necessita do exercício constante da atenção que neste caso deve tornar-se um habito, cultiva também o gosto do bello quando oferece por modelos obras de arte, e também a imaginação quando o alumno não tem somente de crear seja copiar mas também de crear com o auxilio de elementos geométricos ou de temas simples de ornamento.²¹

Evidenciam-se duas possibilidades para a cadeira de Desenho. Dependendo do público, a disciplina pode ser ensinada na perspectiva da fruição, como refinamento, qualidade característica dos grupos sociais mais elitizados; ou para se adquirir a precisão do traço, necessária à construção de artefatos, se ministrada às classes populares. Isso implica reconhecer que, dependendo do grupo social, a arte do desenho pode ser sinônimo de refinamento ou servir a fins utilitaristas.

Embora a escola fosse pública e sua formação, acessível a “todos”, tal formação não será apreendida por “todos” da mesma maneira. Grupos diferentes usufruirão diferentemente de bens simbólicos e culturais. No mesmo documento citado lê-se: “Enfim o desenho e o trabalho manual continuam a educação dos sentidos dando justeza a vista e destreza à mão”.²²

E, finalmente: “O desenho se liga naturalmente ao trabalho manual; um executa em traços o que o outro reproduz em relevo”.²³ Os trechos citados ratificam, pois, as reflexões apresentadas.

Categoria 6 – Raciocínio, memória e imaginação

Esse conjunto é composto de um total de quatro provas, sendo duas sobre a imaginação, uma sobre a memória e uma sobre raciocínio. A exposição dos textos ocorre de forma menos dogmática que os demais, isto é, a escrita apresenta mais uma sequência expositiva que propriamente juízos acerca do tema. Afora a valorização de cada um desses assuntos e a reafirmação de sua importância, praticamente inexitem nos textos dos alunos referências mais ligadas a questões de caráter notadamente ideológico.²⁴

As exposições apresentadas contêm um caráter bastante didático, são claras, discorrem sobre cada um dos temas de forma a se obter, ao final da leitura, ideias precisas sobre o assunto. Vejamos algumas dessas citações.

Ponto Sorteado nº 5:
Definição e importância da memória – memória infantil e seus caracteres – idem do adulto-
*Rousseau e Mme. Campan*²⁵ – exercícios e condições da cultura dessa faculdade – Spencer-
memória e juízo.²⁶

Pode-se observar nos documentos o lugar que ocupava a memória na formação intelectual. Enfatizam-se aspectos mnemônicos, o que é comprovado pelo trecho:

Para que julguemos da sua importância, não é preciso mais que calcularmos (no) que seria da educação se não fosse a memória; por assim dizer não há um momento em que o ensino possa dispensar o seu auxilio, calculemos ainda que ella envolve e acompanha todas as operações do espirito e a todas auxilia.²⁷

As provas que tratam das formas de raciocínio e imaginação se coadunam com as reflexões até aqui apresentadas. São textos que transcrevem a importância do raciocínio, como desenvolvê-lo, ou apresentam reflexões acerca do papel da imaginação, atribuindo importância muito maior à forma de escrita – desenvolvimento do texto – que propriamente oferecendo novidades em relação aos aspectos já colocados nesse trabalho.

Categoria 7 – Legislação e formação do normalista

Esses documentos compostos por cinco avaliações têm como objetivo básico o “re-conhecimento” acerca da legislação e da necessidade de organização da escola primária, bem como as funções do professor. Nesse conjunto de avaliações, o caráter ideológico da educação volta a ser mais claramente explicitado. A defesa da criação, implementação e manutenção da escola pública, laica e gratuita mostra-se de forma evidente. Voltam a ser explicitados valores favoráveis à disciplina, pois a legislação, qualquer que seja, pressupõe o estabelecimento de normas, valores, regras.

As avaliações também demonstram, de forma contundente, a necessidade de estabelecimento de horários e, por conseguinte, da hierarquização das

disciplinas no interior da escola, evidenciando a necessidade de estabelecer os tempos escolares. Em uma das provas se pode ler: “Para a boa organização do ensino primário devemos ter em atenção o quadro de estudos, programma e divisão do ensino de cada materia, a ordem dos trabalhos e a organização do horário”.²⁸

Na medida em que o Estado se propõe a controlar o sistema educacional, percebe-se que as Escolas Normais serão um agente importante na concretização de tal propósito. A hierarquização dos conhecimentos e a construção de um currículo comum evidenciam-se como medidas tomadas nessa direção.

A construção do “ser professor” encontra nas Escolas Normais o seu *locus* primordial de manifestação. E, ao construírem o que é ser professor, essas escolas constroem também o “ser aluno”. Escolarizam-se os corpos, criam-se materiais e espaços previamente destinados para o “acontecimento” educacional republicano.

As demais avaliações desse bloco referem-se às formas de organização das escolas primárias, as funções do professor e as possíveis formas de desempenho do magistério.

A oitava categoria – o núcleo comum do currículo

Aqui se denomina como “núcleo comum” as disciplinas já consolidadas no currículo de qualquer curso, fosse ou não de magistério. Assim, fazem parte do núcleo comum avaliações de disciplinas como: Língua Portuguesa, Matemática, História, entre outras. Nessas avaliações predomina o caráter conteudístico, comum aos estudos da época.

Destaquem-se, porém, as provas de Língua Portuguesa, uma vez que todo o processo de formação é perpassado

pelo uso da norma linguística padrão. O domínio do uso da escrita é uma “capacidade” que transversaliza o processo de formação, como fica evidente nas provas, que adotavam um formato discursivo/expositivo.

Todas essas avaliações explicitam um currículo que, posto em prática, se configura como bastante vasto, inclusive do ponto de vista da oferta de cadeiras. A proposta de formação do normalista mostra-se arrojada, e sua formação abarca uma gama de conhecimentos, valores, crenças e saberes que nos permitem deduzir o quanto era exigido para que o aluno se constituísse como professor.

À guisa de conclusão

A partir, pois, da proclamação da República, estabeleceu-se, mesmo que minimamente, um sistema educacional em Minas Gerais. Muito embora não tenha cumprido todas as promessas feitas em relação ao desenvolvimento dos processos educacionais, a República conseguiu, finalmente, lograr suas premissas e transformar a educação brasileira. Estabeleceu tempos, horários, determinou espaços e alterou profundamente vários hábitos dos mineiros e dos brasileiros em geral.

As Escolas Normais tiveram um papel preponderante nesse processo de transformação. Mesmo que possam ser consideradas frágeis por força dos movimentos de constantes aberturas e reaberturas essas instituições cumpriram um papel primordial, pois alcançaram aquilo a que se propuseram: a construção de um currículo mínimo que definiu (bem ou mal) conteúdos e métodos de ensino e de avaliação. Além disso, promoveram a modificação de costumes, forjando um outro cidadão, talvez ainda portador de resquícios do passado, mas certamente diferente do homem brasileiro e mineiro anterior ao período republicano.

RESUMO | No presente artigo faz-se uma análise de documentos das Escolas Normais das cidades de Campanha, Diamantina, Juiz de Fora, Montes Claros, Ouro Preto e Uberaba, referentes ao período entre 1888 e 1908. O estudo desses documentos, custodiados pelo Arquivo Público Mineiro, objetivou compreender a criação de um sistema educacional mineiro em uma República recém-formada. Os resultados constituem parte da pesquisa realizada e apresentam uma visão panorâmica de discussões que poderão ainda ser aprofundadas.

ABSTRACT | This article carries out an analysis of documents of the normal schools of the cities of Campanha, Diamantina, Juiz de Fora, Montes Claros, Ouro Preto, and Uberaba between 1888 and 1908. The study of these documents held by the Minas Gerais Public Archives seeks to understand the creation of the state's education system within the context of the recently created Republic. The results are part of research carried out, and present a panoramic view of factors that could be subject to more in-depth discussion.

Notas

1. VILLELA, Heloísa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EDUSP, 1974.

2. MINAS GERAIS. *Constituição do Estado de Minas Gerais* (1891). Disponível em: <http://hera.almg.gov.br/cgi-bin/nph-brs?d=NJMG&u=http://www.almg.gov.br/njmg/chama_pesquisa.asp&SECT7=LINKON&p=1&r=1&l=1&f=G&s1=constituicao+1891+1891.norm>. Acesso em: 9 set. 2013.

3. BORGES, Vera Lúcia Abrão. *A instrução pública na fala da elite: modernização, republicanismo e ensino primário – Brasil e Minas Gerais, 1892-1898*. In: IV Congresso Iberoamericano de História de la Educacion Latinoamericana, 1998, Santiago. RESUMENS Ed. da Pontificia Universidade Católica do Chile, 1998. p. 124.

4. BORGES. *A instrução pública na fala da elite: modernização, republicanismo e ensino primário - Brasil e Minas Gerais 1892- 1898*. Tese (Doutorado), Pontificia Universidade Católica de São Paulo, 1998. Cf. também, nota anterior.

5. Doc. 1, p. 002, Ouro Preto, categoria 1, APM.

6. Doc. 1, p. 002, Ouro Preto, categoria 1, APM.

7. Doc. 4, G1, CD 1, Escola Normal de Montes Claros.

8. Doc. 4, G1, CD 1, Escola Normal de Montes Claros.

9. Alice Brandão Dayrell (1880-1970) – escritora mineira que se tornou conhecida como autora de *Minha Vida de Menina*, em que narra sua infância em Diamantina (MG). Escrito entre 1893 e 1895, o livro foi publicado pela primeira vez em 1942, sob o pseudônimo de Helena Morley.

10. Doc. 1, categoria 2, Escola Normal de Diamantina, APM.

11. Doc. 1, categoria 2, Escola Normal de Diamantina, APM.

12. Tomamos aqui as expressões grupo ou categoria para nos referir a um conjunto de documentos, adotando as abreviaturas C ou G, indistintamente, como sinônimas.

13. FARIA FILHO, Luciano M. de. *Dos Pardieiros aos Palácios: cultura escolar urbana em Belo Horizonte na primeira república*. Passo Fundo,

UFF, 2000. FARIA FILHO, Luciano M. de. Instrução elementar no século XIX. In: FARIA FILHO, Luciano M. de; LOPES, Eliane Marta T.; VEIGA, Cynthia G. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

14. Doc. 3, G4.1, CD 3, Escola Normal de Diamantina.

15. Prova, Escola Normal de Diamantina (grifos nossos).

16. Doc. 4, G4.1, Escola Normal de Juiz de Fora.

17. Doc. 7, G3, Escola Normal de Juiz de Fora.

18. Doc. 19, G4.3, Escola Normal de Montes Claros.

19. GOMES, Elizabeth Moreira. *A disciplina Língua Portuguesa no currículo da Escola Normal de Diamantina no período de 1880-1889: legislação, política e História*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Pontificia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

20. Doc. 1, G5, CD 1, Escola Normal de Montes Claros.

21. Doc. 1, G5, CD 1, Escola Normal de Montes Claros.

22. Doc. 1, G5, CD 1, Escola Normal de Montes Claros.

23. Doc. 1, G5, CD 1, Escola Normal de Montes Claros.

24. Obviamente, não estamos nos referindo no contexto à neutralidade do signo, já que, sabe-se, tal neutralidade não existe. O que estamos afirmando é que se percebe uma tentativa de conferir prioridade à exposição, enquanto a apresentação de juízos de valor encontra-se secundarizada. (sobre a não neutralidade do signo, ver BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

25. Trata-se de Jeanne-Louise Henriette Campan (1752-1822), camareira da rainha Maria Antonieta, que escapou do Terror. Abriu uma escola em Paris e escreveu um tratado sobre a educação de mulheres na qual se dava destaque à economia doméstica.

26. Doc. 3, G6, Juiz de Fora (grifos nossos).

27. Doc. 3, G6, Juiz de Fora.

28. Doc. 1, G7, CD 1, Ouro Preto.

Carlos Roberto Jamil Cury é doutor em Educação. Professor adjunto da Pontificia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisador do CNPq. Foi membro do Conselho Nacional de Educação e presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). <crjcury.bh@terra.com.br>

Elizabeth Moreira Gomes é mestre em Educação pela Pontificia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e professora assistente do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. <elizabeth.gomes@ifnmg.edu.br>



Monsr - Director da Escola
Normal desta Cidade.



1894

Alice Brandão Payrell filha
legítima de Felisberto Henriques
Payrell, com 14 annos de idade
pretende matricular-se no 1º anno
da Escola Normal a fim de seguir
o respectivo Curso.

Offereço-vos os respectivos docu-
mentos exigidos pela Lei e requer-vos
dignéis mandar ao Secretario lavrar
seu nome no Computate Livro.

P. S. deferimento.

E. R. M.

Alice Brandão Payrell.

Appe com D. L. de S. Paulo
L. de S. Paulo
L. de S. Paulo

Lessa
Laport

Calligraphia

Perguntado Agesilau, rei dos Lacedemonios, com que homem poderia alcançar n'esta vida gloria perpetua? responder: Se desprezar a morte.

Perguntado Diogenes que fructo recebera da philosophia? respondeu: Soue estar preparado com animo constante e sem perturbação qualquer coisa, que lhe sobrevier.

Perguntado a mesmo philosopho, qual era a causa, que nos homens mais avinha envelhecia? respondeu: Soue as lembranças dos beneficos.

Puro e mesmo: Soue não havia coisa mais difficil, que nos homens que combater-se a si; e Demosthenes: Soue não havia coisa mais facil, que enganar-se a si mesmo.

Ouvindo uma Lacedemonia, que morria um seu filho na guerra, vendendo a vida transitoria o troco da fama immortal.

Escola Normal da
Pernambuco, 24 de Novembro de 1893
Aluc Brandão
Dayrell.

Lessa
de Moraes
de Moraes

Trecho.

Escrita - S. Hebraico - S. O outro dia pela manhã, fomos ao aposento onde a princeza S. Estevãoza (mae de preste João) vivia, a qual, tanto que soube que eu e S. Lessa nos chegados, nos mandou entrar na capella onde já então estava para ouvir missa; e pediu nos de pelhos diante della.

Ora - S. Hebraico - S. O outro dia pela manhã, fomos ao aposento onde a princeza S. Estevãoza (mae de preste João) vivia, a qual, tanto que soube que eu e S. Lessa nos chegados, nos mandou entrar na capella onde já então estava para ouvir missa; e pediu nos de pelhos diante della.

S. Lessa - S. Hebraico - S. O outro dia pela manhã, fomos ao aposento onde a princeza S. Estevãoza (mae de preste João) vivia, a qual, tanto que soube que eu e S. Lessa nos chegados, nos mandou entrar na capella onde já então estava para ouvir missa; e pediu nos de pelhos diante della.

Analyse Lexicologica

(Ao) Encerra em si duas partes da oração, a preposição (a) e o artigo (o), pela figura aphrese é um monosyllabo enclitico. (Outro) É um determinativo indefinido; É palavra simples, primitiva, variavel em genero e numero está no genero masculino, e numero singular, é um dissyllabo paroxitona.

(Dia) É um substantivo comum; É palavra simples primitiva variavel em numero e grau; está no numero singular e no grau positivo; é um dissyllabo paroxitona.

(Pela) Encerra em si duas partes da oração, a preposição (per) e o artigo (a), pela figura Antithese é um dissyllabo paroxitona. (Manha) Substantivo comum; é palavra simples primitiva, variavel em numero e grau é um dissyllabo oxitona.

Tomosudost.

Verbo adjectivo; intransitivo está na voz activa variavel em modos, tempos, numeros e pessoas está no modo Indica-
tivo tempo presente primeira pessoa do plural e um
dissyllabo paroxitono. (No)

Concerne em si duas partes da oração, a preposição e o
artigo (o) por Antithese, e' um monossyllabo enclítico, va-
riavel. Apresenta.

Substantivo comum; e' palavra simples primitiva varia-
vel em numeros e graus, está no grau positivo e nume-
ro singular exerce função de complemento e um trissyl-
labo paroxitono. (Onde)

Advérbio de lugar; e' palavra simples, invariavel e' um
dissyllabo paroxitono. (A)

Artigo definido; e' palavra simples, primitiva, variavel
em genero e numero, está no genero feminino e' numero
singular, e' um monossyllabo enclítico.

Princesa

Substantivo comum; e'

Escola Normal da Diamanti-
na, 22 de Novembro de 1893

Alice Branstão Dayrell.



Letra
Epitola
J. F. P. P.

Escreita Ma. Pedagogia 2.º anno.
J. F. P. P.

Ma. Epitola
Concedo. Sciencia da educação

Letra
Definições da educação

1.º ponto.

Pedagogia e a sciencia que fornece
o homem os conhecimentos precisos pa-
instaur e educar a criança, e' pedagogia
e' susceptivel de progresso porque ella tem
desenvolvido os principios que saõ im-
mutaveis criando ao mesmo tempo as
respectives leis de applicação que variam
muito, e' differença que existe entre
pedagogia e educação e' que a peda-
gogia e' a theoria da educação e' a edu-
cação e' a pratica daquelle.

Definições da educação

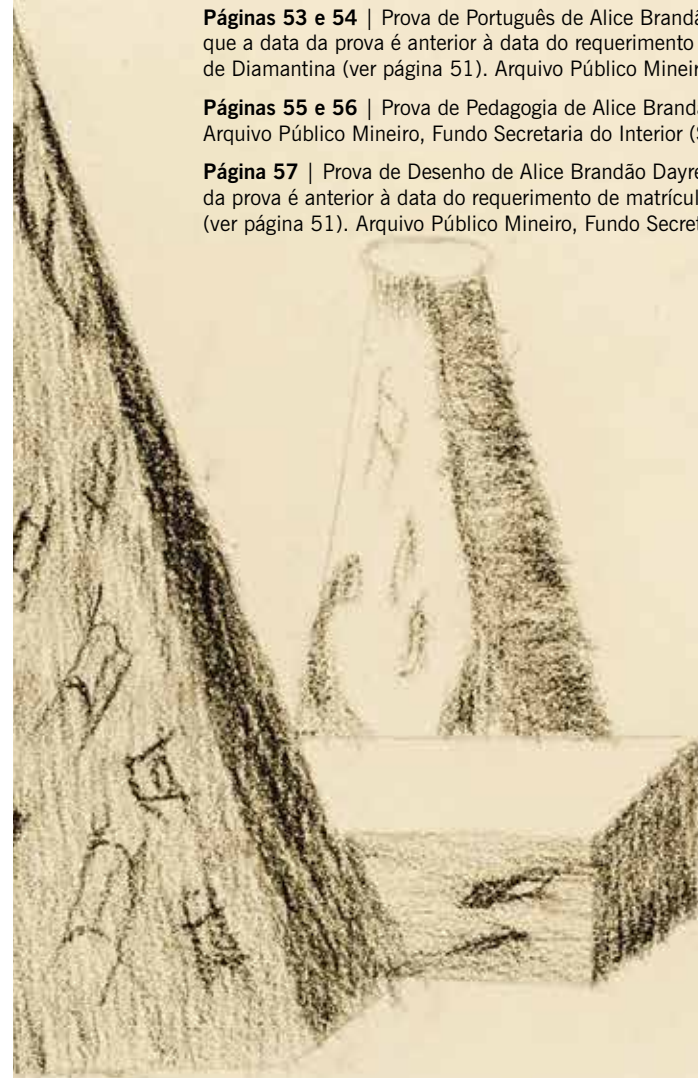
Muitos e varios tem sido as defini-
ções dadas desta sciencia.
Multiplicidade e variedade de facis de
comprehen ter attendendo se que a edu-
cação e' de todas as sciencias a mais
culminante. Parece antes e' um facto
que os individuos que isolados quer
collektivos tem sempre sido re-

Substantivo no plural

vacas para este nobre e consuetudinário a
educação. A história dos homens é dos
povos e desta verdade testemunha
irrefragável, não conhecer a intima re-
lação de um mesmo a educação da edu-
cação com a filosofia via preciso
to número das habidas usellas filo-
sóficas sobre a duração do século e sobre
cimentos seria trabalho presente
de a pouca utilidade. A educação tem
por fim fazer do homem tanto quanto
é possível um instrumento de feli-
cidades tanto para si como para se-
us semelhantes. Stuart Mill compreten-
de na palavra educação tudo quanto
se faz com o fim de nos aproximar
mos da nossa perfeição natural.
essa definição vede-se como se ve nos
espeitos das escolas filosóficas de
seus oitros achamos que não deve
ser aceita sem ^o comentário porque
na experiência tem demonstrado que
a educação não tem educado ^{na} pala-
vra da educação é mais nobre e
mais sublimos com o nobre e su-
blimos o destino do homem e da
sociedade. A educação tem por fim
cultivar e purificar as faculdades do
homem.

Alice Brandão
Dayrell.

Diamantina 26 de
de 1893



Escola Normal da Diamantina 26 de
de Novembro de 1893
Alice Brandão Dayrell.

Legendas Caderno de imagens

Página 50 | Fotografia de Alice Brandão Dayrell, futura Sra. Augusto Mário Caldeira Brant, (Diamantina, 1880 – Rio de Janeiro, 1970). Em 1942, publicou o livro *Minha vida de menina*, sob o pseudônimo de Helena Morley. Arquivo da família.

Página 51 | Requerimento de matrícula de Alice Brandão Dayrell, aos 14 anos, na Escola Normal de Diamantina, 1894. Arquivo Público Mineiro, Fundo Secretaria do Interior (SI), subsérie 4.2, cx. 32, pc. 02.

Página 52 | Prova de Caligrafia de Alice Brandão Dayrell, Escola Normal de Diamantina, 1893. Observa-se que a data da prova é anterior à data do requerimento de matrícula de Alice Brandão Dayrell no 1º ano da Escola Normal de Diamantina (ver página 51). Arquivo Público Mineiro, Fundo Secretaria do Interior (SI), subsérie 4.2, cx. 31, pc. 01.

Páginas 53 e 54 | Prova de Português de Alice Brandão Dayrell, Escola Normal de Diamantina, 1893. Observa-se que a data da prova é anterior à data do requerimento de matrícula de Alice Brandão Dayrell no 1º ano da Escola Normal de Diamantina (ver página 51). Arquivo Público Mineiro, Fundo Secretaria do Interior (SI), subsérie 4.2, cx. 30, pc. 17.

Páginas 55 e 56 | Prova de Pedagogia de Alice Brandão Dayrell, Escola Normal de Diamantina, 1895. Arquivo Público Mineiro, Fundo Secretaria do Interior (SI), subsérie 4.2, cx. 31, pc. 12.

Página 57 | Prova de Desenho de Alice Brandão Dayrell, Escola Normal de Diamantina, 1893. Observa-se que a data da prova é anterior à data do requerimento de matrícula de Alice Brandão Dayrell no 1º ano da Escola Normal de Diamantina (ver página 51). Arquivo Público Mineiro, Fundo Secretaria do Interior (SI), subsérie 4.2, cx. 31, pc. 01.